

編號：第 86/2021 號 (刑事上訴案)

上訴人：A 有限公司

日期：2022 年 5 月 12 日

主要法律問題：

- 遺漏審理
- 獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判
- 審查證據方面明顯有錯誤
- 非財產損害賠償

摘要

1. 原審法院認為是次交通事故因嫌犯未能適當控制車速而撞到差不多完成橫過人行橫道的被害人，這並非指責嫌犯超過路面可行走速度上限，而是指責嫌犯既然知道前方為有信號標明的人行橫道，且由交通燈指揮通行，嫌犯既然負有義務讓已開始橫過車行道的行人通過，嫌犯就應當需要適當控制車速以便可以看清路面情況(尤其是否仍有行人正在通過)，避免撞到正在通行的行人。

是次交通事故的發生正正是因為嫌犯在前進時沒有見到正在人行橫道上通行的被害人所致，而沒有發現的原因也正正是嫌犯沒有適當控制車速去確保其已看清路面上的情況，而其是否以低於 20 公里/每小時速度行駛已非重要。

因此，原審法院在審理交通意外責任方面並無遺漏審理任何問題。

另外，上訴人答辯狀中所提之待證標的已獲審理及證實。因此，原審判決不存在上訴人所指的在判決中遺漏審理問題。

2. 原審法院經過庭審，結合庭審所得的證據，原審法院認為足以認定嫌犯在自由、自願及有意識的情況下，明知在接近有信號標明的人行橫道時，如該人行橫道由交通燈指揮人、車通行，即使獲准前進，亦應讓已

開始橫過車行道的行人通過，但嫌犯並無這樣做，因而導致上述交通事故，其過失對被害人的身體完整性造成嚴重傷害。

因此，原審判決所依據的事實充足，不存在上訴人所提出《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a) 項規定的獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判的瑕疵。

3. 具體分析相關的證據，原審法院除了聽取了嫌犯在審判聽證中所作的聲明，亦在審判聽證中聽取了案中證人的證言，審查了案中的文件等。原審法院客觀分析上述種種證據，並根據自由心證原則對相關事實做出判斷。

原審法院考慮所有證據，尤其是路面闊度以及被害人被撞到的地點，而未能認定被害人是在紅燈燈號下開始橫過馬路。

另外，關於被害人交通意外前的收益，原審法院採信被害人兒子、媳婦及前妻的聲明，結合澳門的社會現狀而認定相關事實，並未違反一般經驗法則。

4. 經綜合衡量已證事實中種種相關情節，尤其是被害人患有顱腦外傷，左側肢體偏癱而需進行手術及多次治療，被害人被評定為左側肢偏癱需長期坐輪椅傷殘率被評定為 90%，考慮這種種令上訴人所遭受的傷害、痛苦壓力及不便，並由此而引起的不適及恐懼，根據《民法典》第 489 條第 1 款及第 3 款的規定，本院認為原審法院裁定上訴人對被害人支付澳門幣一百五十萬元的非財產損害賠償的賠償金適合，沒有下調的空間。

裁判書製作人

譚曉華

合議庭裁判書

編號：第 86/2021 號 (刑事上訴案)

上訴人：A 有限公司

日期：2022 年 5 月 12 日

一、 案情敘述

於 2020 年 10 月 29 日，民事賠償被請求人 A 有限公司在初級法院刑事法庭第 CR5-20-0097-PCC 號卷宗內，就民事請求人 B(被害人)提出之民事賠償請求方面，被判令支付民事賠償請求人 B 賠償金合共澳門幣二百零四萬六千二百七十四元四角(MOP2,046,274.40)，附加該金額自判決作出至完全支付賠償之法定利息。

同判決中，上訴案卷之嫌犯 C 被裁定：

- 以直接正犯及遂行為方式觸犯一項《刑法典》第 142 條第 3 款配合第 3/2007 號法律(《道路交通法》)第 93 條第 1 款及第 94 條第(1)項所規定及處罰的『過失嚴重傷害身體完整性罪』，罪名成立，被判處一年六個月徒刑，並根據《刑法典》第 48 條的規定，暫緩執行上述刑罰，為期兩年；
- 根據《道路交通法》第 94 條第(一)項的規定，嫌犯被判處禁止駕駛，為期一年，根據同一法律第 109 條第 1 款規定，考慮到嫌犯的職業需要，本院認為應暫緩執行禁止駕駛的處罰，為期兩年，條件為須於判決確定後 30 日內支付澳門幣 5,000 元捐獻

予澳門特別行政區。

民事賠償被請求人 A 有限公司對判決不服，向本院提起上訴，並提出了以下的上訴理由。¹

¹其結論葡文內容如下：

1. Por decisão proferida nos presentes autos em 29 de Outubro de 2020, foi julgada procedente a acusação deduzida contra o Arguido C e em consequência foi o mesmo condenado pela prática de um crime de ofensas graves à integridade física, por negligência, p.p pelo n.º 3 do art.º 142º do Código Penal conjugado com o preceituado nos artigos 93º n.º 1 e 94º al.1) da Lei do Trânsito Rodoviário, na pena de 1 ano e 6 meses de prisão suspensa na sua execução por um período de 2 anos e bem assim na pena assessoria de suspensão de condução por um período de 1 ano, suspensa na sua execução por um período de 2 anos, sob condição de pagamento da quantia de MOP5,000.00 no prazo de 30 dias contados do transito em julgado da decisão.
2. Mais se julgou parcialmente procedente o pedido de indemnização cível e em consequência condenou-se a aqui Recorrente ao pagamento ao Demandante, aqui Recorrido, de uma indemnização no valor de MOP\$2,046,274.00 acrescida de juros à taxa legal, desde a data da sentença até efectivo e integral pagamento e bem assim uma indemnização pelos danos futuros a liquidar em execução de sentença.
3. É com esta decisão que a Recorrente não se conforma, estando em crer que a mesma padece dos seguintes vícios: Nulidade por omissão de pronuncia; Insuficiência da matéria de facto provada a que alude a alínea a) do artigo 400º do CPP, Erro Notório na Apreciação da Prova a que alude a alínea c) do artigo 40Qº do CPP e Errada interpretação e aplicação da lei por violação do preceituado no artigo 489º do Código Civil
4. Está a Recorrente em crer que a decisão recorrida padece do vício de omissão de pronúncia, nos termos dos Artigos 571º n.º 1 al. d) do CPC ex vi artigo 4º do do CPP, em dois momentos: num primeiro momento no que se refere às circunstâncias em que ocorreu o acidente e, num momento posterior, no que concerne às consequências -danos sofridos-decorrentes desse acidente.
5. Na contestação apresentada pela aqui Recorrente, foi expressamente alegado - nos artigos 7º a 15º - que arguido circulava a velocidade reduzida inferior a 20 km/h e que a luz do semáforo regulador do transito de veículos estava verde, não resultando nem do elenco dos factos provados, nem do elenco dos factos não provados qual a posição do Tribunal a quo perante tais factos.
6. Não se vislumbra, pois, como pôde o Tribunal entender que o acidente ocorreu exclusivamente por culpa do arguido, sem que tivesse apurado, no momento do embate, qual a cor dos sinais que regulavam o trânsito dos veículos e dos peões.
7. Resulta da decisão recorrida que o Tribunal a quo concluiu que “o acidente de viação foi causado por o arguido não ter controlou adequadamente a velocidade do veículo embatendo contra a vítima.” (tradução livre da nossa responsabilidade)
8. Porém, nem do elenco dos factos provados, nem do elenco dos factos não provados, resulta qual a velocidade imprimida pelo veículo conduzido pelo arguido.
9. Ora, tendo a Recorrente alegado, em sede de contestação, que o Arguido imprimia uma velocidade não superior a 20 km/hora, perfeitamente adequada ao local e às condições da

-
- via, não poderia o tribunal ter ignorado tal factualidade, para depois concluir, que o arguido não controlou a velocidade do veículo.
10. Ainda, no que respeita aos danos sofridos pelo Ofendido, o Tribunal a quo deu por provado que a colisão causou directamente à vítima hemorragia intracraniana traumática, hematoma sudural e hemorragia subaracnoidea que a pôs em risco de vida e lhe causou graves danos à sua integridade física causando-lhe incapacidade permanente parcial de 90%, ignorando porém a contribuição do Ofendido para esse quadro clínico.
 11. É que, resulta da fundamentação que o ofendido recusou receber tratamento médico imediato, tendo abandonado o Centro Hospitalar Conde de São Januário - para onde tinha sido transportado após a ocorrência - por decisão própria.
 12. Porém, o Tribunal não retirou qualquer consequência desse facto, ignorando por completo que o Ofendido recusou receber tratamento.
 13. Ao abrigo do disposto no artigo 566º do CC, o Tribunal a quo tinha necessariamente de conhecer da culpa do Ofendido e da medida em que a mesma contribuiu para o agravamento dos danos, não podendo ignorar tais factos.
 14. Por todo o exposto, salvo devido respeito, entende a Recorrente o Tribunal incorreu no vício de omissão de pronuncia sobre factos relevantes para a descoberta da verdade e boa decisão da causa, o que determina a nulidade da decisão recorrida nos termos do artigo 571º n.º 1) al, d) do CPC ex vi artigo 4º do CPP, nulidade que desde já se invoca para todos os efeitos legais.
 15. Ainda que não se entenda ser nula a sentença nos termos supra explanados, o que não se concede, sempre se diga que a decisão recorrida incorre no vício de insuficiência para a decisão da matéria de facto provada a que alude a alínea a) do n.º1 do artigo 400º do CPP.
 16. Tem sido entendido por esse Venerando Tribunal de Segunda Instância que tal vício se verifica quando a matéria de facto provada se mostra insuficiente para a decisão de direito adequada, o que poderá suceder quando o tribunal não apurou matéria de facto necessária para a boa decisão da causa.
 17. Como se viu supra a ora Recorrente alegou matéria de facto que se mostrava importante para decisão da causa e descoberta da verdade material, nomeadamente no que concerne à sinalização reguladora do trânsito de peões e veículos na altura do embate, a velocidade do veículo conduzido pelo Arguido, tendo também resultado das declarações prestadas em audiência que o Ofendido abandonou o hospital recusando a realização de exames completares de diagnóstico, matéria que não foi devidamente investigada e apreciada pelo Tribunal.
 18. O Tribunal a quo não esgotou os seus poderes de indagação, o que inquina a decisão recorrida do invocado vício de insuficiência para a decisão da matéria de facto provada nos termos do preceituado na alínea a) do n.º 2 do artigo 400º do CPP, o que ora se invoca para todos os efeitos legais.
 19. O Tribunal a quo incorreu num claro erro notório na apreciação da prova em diversas vertentes.
 20. O Recorrente, ao invocar no presente recurso o erro notório na apreciação da prova, o qual inquina a decisão proferida pelo douto Tribunal a quo, não pretende apresentar apenas uma simples discordância relativamente à interpretação dos factos feita por aquele douto Tribunal, tendo bem presente o dispositivo do artigo 114.º do CPP e a natureza insindicável da livre convicção relativamente à apreciação da prova efectuada pelo Tribunal recorrido.
 21. Porém, o julgador é obrigado, por determinação legal, a examinar e a valorar as provas segundo critérios pré-determinados, consubstanciados na experiência comum, na lógica e

-
- na racionalidade.
22. Em face do que resulta das declarações prestadas em audiência pelo Arguido, pelo Ofendido e pelo Chefe do Corpo de Polícia de Segurança Pública, coadjuvados pelas fotografias de fls 52 e 53, o tribunal a quo não poderia ter deixado de dar por assente que: i) o arguido não circulava a mais de 20 km/hora e ii) o ofendido atravessou a passagem para peões quando a luz reguladora do trânsito de veículos estava de cor verde.
 23. Ao não fazê-lo o tribunal incorreu no vício de erro notório na apreciação da prova a que alude a alínea c) do n.º 2 do artigo 400.º do CPP, devendo assim ser revogada e substituída por outra que determine a prova de tais factos, o que determinará a necessária conclusão que o Ofendido desrespeitou a sinalização reguladora do trânsito para peões, atravessando com a luz vermelha - pois se viu uma das três luzes verde apenas se poderá entender que a luz dos peões estaria vermelha - e não o isentará de culpa na produção do acidente, por desrespeito aos mais basilares princípios de segurança rodoviária, nomeadamente, o preceituado nos artigos 6.º e 70.º n.º 1 a 3 da Lei do Trânsito Rodoviária.
 24. Assim, não poderá deixar de ser atribuído grau de culpa ao ofendido na produção do acidente.
 25. O Tribunal a quo deu por provado, sem questionar, a existência denexo causal entre as lesões sofridas e o acidente, ignorando matéria que foi apurada em sede de julgamento.
 26. Em face do depoimento prestado em audiência por D, filho do Ofendido, impunha-se que o Tribunal tivesse deixado consignado em sede de matéria de facto provada que se apurou que o ofendido não foi hospitalizado de imediato, tendo o médico aconselhado a realização de um TAC, o que o ofendido recusou porque tinha um compromisso e saiu apressadamente do hospital.
 27. Ao não dar tal facto por provado, dando antes por provado que o acidente provocou perigo de vida e afectou o Ofendido com uma incapacidade permanente de 90% - sem que se apure em que medida isso não decorre do facto de ter decidido sair, pelo seu próprio pé, do hospital sem ser tratado - a decisão recorrida padece de vício de erro notório na apreciação da prova a que alude a alínea c) do n.º 1 do artigo 400.º do CPC.
 28. Impõem-se, assim, salvo devido respeito, que seja a decisão revogada e substituída por outra que dê por provado que ofendido não foi hospitalizado de imediato, tendo o médico aconselhado a realização de um TAC, o que o ofendido recusou porque tinha um compromisso e saiu apressadamente do hospital.
 29. Tal facto levará à necessária conclusão que não é possível estabelecer nexocausal entre o facto danoso e os danos - cumprindo não perder de vista que do art.º 557.º do Código Civil "A obrigação de indemnização só existe em relação aos danos que o lesado provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão" - porquanto entre o facto danoso e as lesões posteriormente diagnosticadas ao Ofendido ocorre facto importante... a recusa de tratamento e o abandono do hospital por vontade do próprio e contra indicação médica.
 30. Mas ainda que se entenda que tal facto não põe em causa que as lesões sofridas foram causa directa do acidente, sempre se dirá que necessário se torna apurar o grau de culpa do ofendido no tratamento tardio de tais lesões e nas consequências que das mesmas lhe advieram, já que o artigo 564.º n.º 1 do CC determina não apenas que a culpa do lesado possa ter reflexos para a produção do dano, mas também para o agravamento dos danos.
 31. O recurso às mais elementares regras de experiência comum permitirá concluir com clareza que o facto de o Ofendido, depois de ter sido atropelado por um autocarro e ter recomendação médica para a realização de um TAC se recusa a fazê-lo e abandona deliberadamente o hospital, agiu com negligência grosseira e não pode deixar de ser valorada por esse Venerando Tribunal de Segunda Instância.

-
32. Salvo devido respeito, se tratado oportunamente, as lesões sofridas pelo Ofendido poderiam ter sido minimizadas, senão mesmo eliminadas e nessa medida também os danos sofridos teriam sido minimizados.
 33. O Tribunal bastou-se com a existência de prova testemunhal para comprovar a existência de uma relação laboral entre o Ofendido e o filho, sendo consabido que a relação laboral impõe a existência de elementos de subordinação jurídica e económica. Quanto a estes nada se provou.
 34. Ora, se é certo que o princípio da livre apreciação da prova confere certa liberdade ao julgador, não pode deixar de ser balizado pelas regras de experiência comum, prudência e bom senso.
 35. O Tribunal deu por provada a relação laboral entre pai e filho e o pagamento de um salário mensal de MOP\$10,000.00 com base no que foi dito pelos familiares, sem se socorrer das regras de experiência comum para aferir da verosimilhança de tal matéria.
 36. Qual é o filho que contrata o pai e lhe paga um salário para que tome conta dos próprios netos? Ousamos dizer que em nenhuma sociedade isto sucede, muito menos no seio da sociedade chinesa em que o respeito pela família e pelos idosos é um dos seus grandes pilares.
 37. Acreditamos que o filho do Ofendido lhe pague alimentos e que o Ofendido cuidasse dos netos nos seus tempos livres, o que não poderá ser confundido com a existência de uma relação laboral e subsequente perda de salário em virtude do acidente.
 38. O que está aqui em causa não é o conteúdo da prova em si, nomeadamente o que foi dito no depoimento prestado, mas a utilização que foi dada à referida prova, no sentido de a mesma suportar a demonstração de um determinado facto.
 39. O mesmo é dizer que o depoimento do filho, nora e ex mulher do Ofendido não permitem, se apreciados segundo as regras de experiência comum, dar por provada que o autor era contratado, em regime de trabalho, pelo seu filho D, como cuidador dos seus netos, recebendo um salário mensal de MOP \$10.000,00 nem que devido ao acidente de viação, o autor deixou de poder exercer o cargo de cuidar dos seus netos, desde a sua admissão até à presente data, tendo perdido o seu rendimento mensal de MOP \$10.000,00.
 40. Ocorrendo, assim, o invocado erro na apreciação da prova previsto no art. 400º, nº 2 alínea c) do Código de Processo Penal, devendo ser a decisão ora em crise revogada pelo Venerando Tribunal de Segunda Instância, e proferido douto Acórdão que julgue não provados os referidos factos, com a necessária absolvição da Recorrente do pedido de perda de rendimentos.
 41. Face ao que ficou exposto nas conclusões XV a XL, encontrando-se a douda decisão recorrida eivada do vício de insuficiência para a decisão da matéria de facto provada e erro notório na apreciação da prova respectivamente, previstos nas alíneas a) e c) do n.º 2 do artigo 400.º do CPP, é admissível a renovação da prova nos termos previstos no artigo 415.º do mesmo diploma legal, o que desde já se requer, porquanto, tais vícios podem ser supridos, recorrendo à análise tanto dos documentos constantes de fls.52 e 53, como das declarações prestadas em audiência pelo arguido, pelo Ofendido, por E, chefe do Corpo de Polícia de Segurança Pública e por D, filho do Ofendido, os quais se encontram todos devidamente registados na gravação da audiência de julgamento.
 42. Devem, pois, os referidos documentos e depoimentos ser renovados perante este Tribunal de Segunda Instância, por, objectivamente, se considerar que a audição das gravações dos referidos depoimentos permite eliminar os vícios de insuficiência para a decisão da matéria de facto provada e de erro notório na apreciação da prova imputados à decisão recorrida.
 43. Entende, ainda, a Recorrente que, se se atentar ao prescrito no artº 489º do Código Civil de

民事請求人 B 對上訴作出了答覆，並提出下列理據（結論部分）：

I. 關於上訴人提出遺漏審理而導致的無效

1. 上訴人指出被上訴判決沾有遺漏審理的瑕疵，違反了《刑事訴法典》第 6 條補充適用《民事訴法典》第 571 條第 1 款 d) 項之規定，構成判決無效。

-
- Macau, com referência aos art's 487º e 488º do mesmo Diploma, à matéria de facto provada e aos valores constantes na jurisprudência da RAEM para situações semelhantes, não poderá deixar de se concluir que o montante de indemnização por danos não patrimoniais arbitrado, no valor de MOP\$,500.000.00, é, salvo devido respeito, desajustado e elevado, se tivermos nomeadamente em conta a conduta do lesado que, depois de ser hospitalizado na sequência do acidente recusou receber tratamento e abandonou o hospital.
44. Certo é que tem sido entendimento dos Tribunais Superiores que os montantes indemnizatórios fixados a título de indemnização por danos não patrimoniais não devem ser “montantes miserabilistas ou simbólicos”,
 45. Mas tem também sido entendido que tais montantes não devem ser montantes que impliquem um “enriquecimento ilegítimo” do lesado. (neste sentido cfr. Acórdão do TSI nº 220/2012-II de 17.05.2012).
 46. Ao arbitrar uma indemnização no referido montante de MOP\$,500.000.00 a título de danos não patrimoniais, o douto Acórdão recorrido fez errada interpretação e aplicação do disposto nos arts. 487º e 489º, nº 3 do Código Civil, devendo por isso ser revogado, e substituído por douta decisão desse Tribunal que estabeleça uma indemnização a título de danos não patrimoniais em montante consentâneo com os sobreditos preceitos e padrões jurisprudenciais.

Nestes termos,

E nos demais de Direito que V. Exas. mui doutamente suprirão, deverá ser dado provimento ao presente Recurso, nos termos supra explanados e em consequência:

- a) Ser declara, nos termos do preceituado na alínea d) do nº 1 do artigo 571º do CPC ex vi artigo 4º do CPP a nulidade da decisão por omissão de pronúncia,

Se assim não se entender,

- b) Se terem por verificados os vícios de insuficiência para a decisão da matéria de facto provada e de erro notório na apreciação da prova (art. 400.º, n.º 2, al. a) e c) do CPP) com consequente imputação ao Ofendido de grau de culpa na produção do acidente e bem assim no agravamento dos danos sofridos em consequência do acidente;

Desde já requerendo,

- c) Seja autorizada a renovação da prova e consequentemente serem analisados:

- i. Os documentos constantes de fls. 51 a 53 dos autos;

- ii. As declarações prestadas em audiência pelo Arguido, pelo Ofendido, e pelas testemunhas E, chefe do Corpo de Polícia de Segurança Pública e D, filho do Ofendido.

Em todo o caso,

- d) Ser revogada a decisão na parte que arbitra indemnização a título de danos não patrimoniais no valor de MOP1,500.000.00 por errada interpretação e aplicação do preceituado no artigo 489º Do CC.

Assim se fazendo JUSTIÇA!

2. 上訴人指出，原審法院未有就其民事答辯狀中提出的問題作出審理：
 - a. 嫌犯/第三民事被請求人以低於 20 公里/每小時的速度行駛；
 - b. 嫌犯/第三民事被請求人駕駛時所經過的管制車輛之交通燈為綠色。
3. 上訴人提出的第一個問題(肇事車輛以低於 20 公里/每小時的速度行駛及管制車輛之交通燈為綠色)目的是旨在支持其認為被上訴人在交通事故中也至少存在一定程度的過錯或支持嫌犯/第三民事被請求人不存在過錯。
4. 上訴人提出的第二個問題(被上訴人拒絕立即接受治療)目的是旨在支持其認為被上訴人對損傷的結果存在一定程度的過錯。
5. 因此，原審法院欠缺就上述作出審理從而造成上訴人目前所主張的遺漏審理。
6. 在尊重上訴人的前提下，被上訴人不能認同上訴人的主張。
7. 正如主流司法見解所比較一致所認同的觀點：當訴訟當事人向法院提出某一問題時，必在每一處求諸各種理由或依據來支持其觀點；然而，對法院而言，重要的是須對提起的問題作出決定；法院無責任審議當事人據以支持其訴求的所有的依據或理由。
8. 就本案的交通事故中的過錯問題，事實上，被上訴判決已經能清楚地說明經過原審法院對案件作出審理後，原審法院認定嫌犯/第三民事被請求人為交通事故的唯一過錯方。
9. 有必要在此強調，原審法院認定嫌犯/第三民事被請求人為交通事故的唯一過錯方的原因在於嫌犯/第三民事被請求人即使因管制車輛之交通燈為綠色而獲准前進，嫌犯/第三民事被請求人

亦應讓已開始橫過車行道的被上訴人通過，但嫌犯/第三民事被請求人無這樣做因而導致是次交通事故的發生。

10. 雖然，本案中未能證實被上訴人在步出人行橫道時之燈號是甚麼顏色，不過也不能等同得出被上訴人的行為是屬於衝紅燈行為(即違反管制行人交通燈之訊號)，更加不能否定被上訴人步出人行橫道時之燈號為綠燈之可能性。
11. 既然未有證明被上訴人的行為是衝紅燈的事實，又如何能認為被上訴人在是次的交通事故中存在過錯？
12. 其次，上訴人認為原審法院也沒有審理嫌犯/第三民事被請求人以低於 20 公里/每小時的速度行駛的事實。
13. 被上訴人認為，原審法院未能認定嫌犯/第三民事被請求人在事發時以低於 20 公里/每小時的速度行駛是正確的。
14. 首先，能夠支持嫌犯/第三民事被請求人以低於 20 公里/每小時的速度行駛的事實，案中只有肇事車輛內的監控錄像作為證據；
15. 無任何一位證人能夠說明肇事車輛內的監控錄像內所列出的數字是否確實為肇事車輛當時的車速；
16. 即使認為肇事車輛內的監控錄像內所列出的數字是當時的車速，上訴人也欠缺提供其他證據輔以支持該數字所顯示的車速是正確的。
17. 再者，根據《道路交通法》第 37 條第 1 款規定，接近有信號標明的人行橫道時，如該人行橫道由交通燈或執法人員指揮車輛通行或人、車通行，駕駛員即使獲准前進，亦應讓已開始橫過車行道的行本通過。
18. 經過原審法院的審查，證實：

- 在發生碰撞時被上訴人正在人行橫道橫過馬路;
- 被上訴人從行車方向的左邊過右邊，路面寬度為 8.5 米；
- 碰撞時被上訴人還差 1.9 米便過完馬路。

19. 正如嫌犯的聲明所承認：

- 嫌犯沒有注意被上訴人正在人行橫道上橫過車行道；
- 肇事車輛的右前車頭碰撞到被上訴人；
- 嫌犯之前看不到被上訴人；
- 嫌犯認為當時其應再減慢一點車速，應該看清楚路面情況。

20. 換言之，根據《道路交通安全法》第 37 條第 1 款規定，嫌犯/第三民事被請求人在事發時是否以低於 20 公里/每小時的速度行駛對判斷賽中的過錯是無關重要的，重要的是被上訴人當時只差 1.9 米便過完馬路，而即使管制車輛之交通燈為綠色，嫌犯/第三民事被請求人在前進時應當注意前方的人行橫道是否仍然有行人正在通行，以便讓已開始橫過車行道的被上訴人通過。

21. 被上訴人認為，當前方的人行橫道仍然有行人正在通行時，嫌犯/第三民事被請求人除了應該要減低車速之外，必要時還應要停車，而不單單只是要求其減低車速。

22. 原審法院認為是次交通事故因嫌犯未能適當控制車速而撞到差不多完成橫過人行橫道的被上訴人，其並不是指責嫌犯超速，而是指責嫌犯既然知道前方為有信號標明的人行橫道，且由交通燈指揮過行，嫌犯既然負有義務讓已開始橫過車行道的行人通過，嫌犯就應當需要適當控制車速以便可以看清路面情況(尤其是否仍有行人正在通過)，避免撞到正在通行的行人。

23. 是次交通事故的發生正正是因為嫌犯在前進時沒有新見到正在人行橫道上通行的被上訴人所致，而沒有發現的原因也正正是

嫌犯沒有適當控制車速去確保其已看清路面上的情況。

24. 所以，要求適當控制車速是為了確保嫌犯能夠看清路面上的情況，讓其能夠及時發現並讓已開始橫過車行道的行人通過。
25. 更加需要強調一點，肇事車輛的右前車頭碰撞到被上訴人，而被上訴人當時只差 1.9 米便到達右方(以嫌犯的行車方向)的行人道上。
26. 通過行人橫道的路面寬度(8.5 米)，肇事車輛與被上訴人的撞擊點(右前車頭)，被上訴人的步行方向(按行車方向從左到右)，以及被上訴人與右方行人道的距離(相差 1.9 米)，可以進一步印證嫌犯在前進之前，被上訴人實際上已開始橫過馬路。
27. 此外，於上訴人的答辯狀當中，上訴人從來無主張被上訴人對其損傷結果存在一定程度的過錯責任，也無陳述任何事實是關於被上訴人的行為如何過錯地導致其損傷的加重。
28. 按照上訴人的觀點，上訴人指責被上訴人沒有在意外發生當時立即接受治療才導致被上訴人患有 90%的傷殘率/長期部分無能力。
29. 上訴人試圖將被上訴人的傷勢結果推接到被上訴人身上是荒謬的，一方面，被上訴人自意外發生後自入住醫院相隔不到一天的時間，被上訴人無作出任何不當的行為使其傷勢的結果加重；另一方面，被上訴人入院後的翌日已開始接受手術治療。
30. 儘管證人 D 在庭上作證時有向法庭供述意外發生後醫生有建議被上訴人照 CT (X 射線電腦斷層掃描)，但這只是醫生當時的一個普通建議，並不帶有強制性或必須性的意義。
31. 需要說明，醫生當時並不知道被上訴人患有腦內出血，所以該醫生從來沒有要求被上訴人立即住院及接受手術治療，只是出

於了解被上訴人身體不適的情況才建議被上訴人照 CT。

32. 意外之翌日經醫院診斷之後，被上訴人被發現患有創傷性腦內出血、硬膜下血腫和蛛網膜下腔出血。
33. 誠然，案中沒有任何證據能夠得出上述的傷勢或出現 90%的傷殘率/長期部分無能力的結果是因被上訴人沒有及時獲得治療所致的結論。
34. 如果上訴人希望其主張是成立的話，上訴人應該提供相關的證據予以支持，而不是單純依靠無根據的主觀推測。
35. 因此，原審法院透過案中的已證事實得出嫌犯/第三民事被請求人為造成是次交通事故的唯一過錯方，以及被上訴人的身體損傷的結果為是次交通事故所直接引致的判斷是正確無誤的，被上訴判決無從沾有遺漏審理之無效瑕疵。

II.關於獲證明之事實上立事宜不足以支持作出該裁判之瑕疵

36. 獲證事實不足以支持作出法律的適用的瑕疵所指的瑕疵是指法院在調查事實時出現遺漏，所認定的事實不完整或不充份，以至依據這些事實不可能作出有關裁判中的法律決定。而這個瑕疵所說的是事實不足，不是指證據的不足，另一方面是事實層面的瑕疵，並非指構成犯罪要件的事實的缺乏方面的法律問題。
37. 一如上文所述，原審法院認為是次交通事故因嫌犯未能適當控制車速而撞到差不多完成橫過人行橫道的被上訴人，其並不是指責嫌犯超速，而是指責嫌犯既然知道前方為有信號標明的人行橫道，且由交通燈指揮通行，嫌犯既然負有義務讓已開始橫過車行道的行人通過，嫌犯就應當需要適當控制車速以便可以看清路面情況(尤其是否仍有行人正在通過)，避免撞到正在通行的行人。

38. 是次交通事故的發生正正是因為嫌犯在前進時沒有發現到正在人行橫道上通行的被上訴人所致，而沒有發現的原因也正正是嫌犯沒有適當控制車速去確保其已看清路面上的情況。
39. 所以，要求適當控制車速是為了確保嫌犯能夠看清路面上的情況，讓其能夠及時發現並讓已開始橫過車行道的行人通過。
40. 然而，原審法院是認為嫌犯/第三民事被請求人因沒有遵守《道路交通安全法》第 37 條第 1 款規定的規則，從而裁定嫌犯/第三民事被請求人對交通意外的發生負有完全唯一過錯責任。
41. 根據案中所有已證的事實，被上訴人認為所有已證的事實已能充分及足夠地讓原審法院作出上述的正確決定，根本無從沾有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a)項所指的瑕疵。

III.關於審查證據方面明顯有錯誤之瑕疵

42. 「審查證據明顯錯誤」是指法院在認定事實時明顯有違經驗法則和常理或明顯違反法定證據法則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。
43. 事實上，法院一直以來的理解是，當面對一個決定，一個普通人亦會馬上注意到法院所作的決定與已認定的事實或不證實的事實相反，或決定違背經驗法則或 Leges artis 規則，此時便出現審查證據的明顯錯誤。
44. 在現今的社會當中，聘請自己的父親或母親去照顧小朋友已經是司空見慣的事情，這主要原因是基於對父母的信任遠遠大於對家佣的信任。
45. 尤其近年來家佣虐兒的個案屢見不鮮，更加促使越來越多小朋友的家長們都寧願選擇交由自己的父親或母親去照顧小朋友，並支付予他們一定的金錢作為照顧小朋友的報酬。

46. 而且，本澳的法律制度並不禁止聘請親人或父母親照顧小朋友。
47. 根據《刑事訴訟法典》第 114 條規定，法官根據自由心證原則，按一般經驗法則和常理來評價和種被審查及被調查證據的證明力，以認定或否定待證事實。
48. 如前所述，考慮到原審法院採納的證人證言非為法律所規定的禁用證據，因此，原審法院在認定事實時採納該等證人證言，亦不會存在上訴人所指的明顯錯誤。
49. 經閱讀被上訴判決，原審法院是根據嫌犯的聲明、被害人的證言，各證人的證言、書證，以及其他證據以及卷宗內的有關文件證明等證據方式進行邏輯分析，從而認定本案所查明的事實。
50. 其中，並無任何明顯違反一般經驗法則和邏輯常理之處。
51. 法院依照所有證據包括證人的證言自由作出審理，並且得出自己的心證。這種心證實自由的，也是不能挑戰的。
52. 因此，看不見原審法院在所認定事實跟審判結果之間出現任何違反經驗法則且明顯不合理或錯誤的情況，上訴人所指的沾有“審查證據方面明顯有錯誤”的理由是不能成立的。

IV.關於對 C.C489 條的法律錯誤解釋和適用

53. 被上訴人認為，原審法院裁定給予 MOP\$1,500,000.00 之非財產損害賠償是公平公正的。
54. 第一，是次交通事故由嫌犯/第三民事被請求人的過失行為所直接引致，其為唯一過錯人；
55. 第二，被上訴人的傷勢亦是由是次交通事故所直接導致，嫌犯/第三民事被請求人負有完全唯一過錯責任；
56. 第三，被上訴人因是次交通事故令其患有 90%的傷殘率/長期部分無能力；

57. 如果我們說一個正常人為 100%(健康及肢體健全)，而被上訴人患有 90%的傷殘率/長期部分無能力，這表示被上訴人只剩下 10%是正常的；
58. 事發前，被上訴人為 62 歲，身體健康正常，肢體健全，尤如一般常人。
59. 事故之後，被上訴人左側肢體偏癱，需長期坐輪椅出行；
60. 被上訴人生活不能自理，需長期由第三人照顧(包括吃喝及大小便之活動)；
61. 被上訴人留有驚恐的後遺症，更經常出現抽搐；
62. 被上訴人因腦損傷的後遺症，令其智力衰退、反應變得遲鈍、記憶退化及喪失正常的計算能力。
63. 在事故發生前，被上訴人以照顧孫子女為工作，同時亦作為其娛樂。
64. 事故之後，被上訴人不但不能照顧孫子女，反之成為需要他人照顧的對象，被上訴人完全欠缺自理生活的能力。
65. 被上訴人現今 64 歲，假如按澳門居民的平均壽命而論，被上訴人還需要一直面對交通事故帶來的傷勢及後遺症的影響不少於 21 年的時間。
66. 正如被上訴人的兒子 D 及前妻 F 在庭上的證言所述，被上訴人寧願尋死，也不願意像目前這樣無意義地生存；
67. 被上訴人 90%的傷殘率/長期部分無能力令其甚麼事也做不了，連自理生活也做不到，反而成為了家人的負擔，加重了家人的生活壓力及經濟壓力。
68. 被上訴人還有一個未成年兒子需要照顧，可是現在卻無能為力，只能由家人代為照顧。

69. 因此，是次交通事故不論對被上訴人個人，還是對被上訴人的家庭均帶來十分嚴重的負面影響，被上訴人認為原審法院裁定給予 MOP\$1,500,000.00 之非財產損害賠償是公平公正的，完全沒有過度之嫌。

請求

綜上所述，懇請法官閣下裁定上訴人提出的全部上訴理由不能成立，駁回上訴人的全部請求，並判處維持原審法院的決定(被上訴判決)。

案件卷宗移送本院後，駐本院檢察院司法官認為本上訴僅涉及民事賠償請求的問題，檢察院不具正當性就有關問題發表意見。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗。

二、 事實方面

原審法院經庭審後確認了以下的事實：

1. 2018 年 10 月 4 日晚上約 8 時 57 分，嫌犯 C 駕駛巴士 MW-XX-X3 沿 XX 馬路由 XX 街方向右轉入 XX 大馬路打算往 XX 街方向行駛。當通過設於灣道上由交通燈管制的人行道時，沒有注意被害人 B 正在人行道上從巴士的左方向右方橫過車行道。因此，巴士 MW-XX-X3 的右前車頭碰撞到被害人的身體，導致被害人身體受傷。
2. 事故發生時為夜間，街燈亮著，晴天，地面乾爽，交通密度暢通。

3. 上述碰撞直接造成被害人創傷性顱內出血，硬膜下血腫，蛛網下腔出血。此傷勢使被害人的生命有危險，對被害人的身體完整性造成嚴重傷害(參閱卷宗第 59 頁的臨床法醫學意見書，在此視為全部轉載)。
4. 嫌犯在自由、自願及有意識的情況下，明知在接近有信號標明的人行橫道時，如該人行橫道由交通燈指揮人、車通行，即使獲准前進，亦應讓已開始橫過車行道的行人通過，但嫌犯並無這樣做，因而導致上述交通事故，其過失對被害人的身體完整性造成嚴重傷害。
5. 嫌犯清楚知道其行為是法律所不容，且會受法律制裁。
在庭上還證實：
6. 在發生碰撞時被害人正在人行橫道橫過馬路，被害人從行車方向的左邊過右邊，該路面寬度為 8.5 米，當時被害人還差有 1.9 米左右便過完馬路。
7. 嫌犯表示其目前尚有一宗交通意外的案件待決中。
8. 根據刑事紀錄證明，嫌犯為初犯。
9. 同時，亦證實嫌犯的個人及經濟狀況如下：
10. 嫌犯聲稱具有中學畢業的學歷，每月收入一萬六千六百一十澳門元，無需供養母親、岳母及妻子。
民事請求及答辯狀中尤其以下事實獲證明：
11. 當原告差 1.9 米便到達第三被告左前方另一行人路上時，便被右方駛至的 MW-XX-X3 之重型汽車 (G) 撞及，MW-XX-X3 之重型汽車 (G) 的右前車頭碰撞到原告的身體，導致原告身體受傷。(參閱卷宗第 16 頁的交通意外報告書、第 18 頁及 19 頁的照片、第 51 頁的觀看錄影報告以及第 52 頁至 53 頁的截圖，在

此視為完全轉錄)

12. 因為第三被告疏忽大意、欠缺謹慎及小心、沒有遵守交通規則的之駕駛行為，對原告的身體完整性造成嚴重傷害。
13. 第三被告有義務因其過失不法行為對原告造成的財產損害及非財產損害承擔民事責任。
14. 交通事故發生時，第三被告所駕駛之 MW-XX-X3 之重型汽車 (G) 已依法向第一被告投保及有關保險單 (編號 MTV-18-0XXXX6 E0/R1 R) 仍生效。
15. 第一被告應保障第三被告的民事責任，且必須參與本訴訟，因此第一被告具被訴之正當性 (參閱卷宗第 23 頁的民事責任保險卡，在此視為完全轉錄)。
16. 交通事故發生時，第三被告作為第二被告的僱員，其擔任 G 司機，在工作上接受第二被告的指令管理，並且正在執行第二被告委託的工作 (駕駛巴士)。
17. 基於風險責任的原因，假如第三被告有義務對原告的損失負責，第二被告也須對原告的損失負責，因此第二被告也具被訴之正當性。
18. 本案為一宗交通意外，涉及過失嚴重傷害身體完整性罪之刑事案件，屬於因不法事實而生之非合同民事責任。
19. 第三被告是導致是次交通事故的唯一過錯方。
20. 第三被告是可歸責的。
21. 原告因是次交通事故使其身體遭受嚴重傷害以及因治療傷勢引致其財產受有損失。
22. 原告身體之損傷、財產之損失及精神損害，均為是次交通事故所直接引致的。

23. 原告所遭受之財產損失及非財產損失與第三被告的不法行為之間存在適當因果關係。
24. 交通事故發生後，原告隨即被消防救護車送往仁伯爵綜合醫院接受治療。
25. 翌日經醫院診斷後，原告為創傷性腦內出血、硬膜下血腫和蛛網膜下腔出血，需要即時入住醫院（見文件 1，在此視為完全轉錄）。
26. 於 2018 年 10 月 06 日，原告接受開顱血腫清除術。
27. 原告因手術導致肺炎而咳嗽。
28. 因傷勢致原告左側肢體偏癱，原告需要長期坐輪椅，且大小便不能自理。（見文件 2，在此視為完全轉錄）。
29. 2019 年 02 月 19 日，法醫學鑑定人作出臨床法醫學意見書，臨床診斷：創傷性顱內出血、硬膜下血腫，蛛網膜下腔出血。其傷患特徵符合由鈍器或其類似物(交通意外)所致，被鑑定人仍在住院接受治療，康復期待定(參閱卷宗第 59 頁之臨床法醫學鑑定書，在此視為完全轉錄)。
30. 原告自 2018 年 10 月 05 日起入院，直至 2019 年 05 月 03 日出院，約住院七個月。
31. 出院至今，原告因患有顱腦外傷，左側肢體偏癱，需要持續到仁伯爵綜合醫院神經外科門診接受診治，主要為物理治療，每週兩次，治療目的在於防止原告因長期坐輪椅而引致其肢體(手腳)僵硬、肌肉萎縮。
32. 即使出院後，因傷勢的影響，原告目前的日常生活仍然不能自理，需人照料。
33. 在交通事故發生前，原告身體健康正常，肢體健全，尤如一般

正常人。

34. 在事故之後，原告被評定為左側肢偏癱。
35. 因是次交通事故發生，直接導致原告需要支付醫療方面的費用合共澳門幣 111,248.00 元（見文件 3-4，在此視為完全轉錄）。
36. 因腦手術後出現後遺症，引致原告經常出現抽搐、癲癇，導致出院後須支付藥物方面（pms-Baclofen 10mg、Epilim Chrono 500、KEPPRA(口服) 500MG、可速泉 2mg、健壓藥 5 毫克、腦康素 800mg)的費用，至今花費了至少合共澳門幣 3,354.20 元(見文件 5，在此視為完全轉錄)。
37. 2019 年 05 月 03 日出院後至提交民事請求時，當時原告仍未康復，需持續到門診接受物理治療，而物理治療方面的費用，至當時花費了至少合共澳門幣 82.00 元（見文件 6，在此視為完全轉錄）。
38. 上述每月藥物及物理治療的費用自原告取得澳門特別行政區政府社會工作局發出的殘疾評估登記證（2019 年 07 月 15 日）後開始獲得豁免（見文件 7，在此視為完全轉錄）。
39. 因腦手術後致原告曾患上肺炎，原告接受氣管切開術解決呼吸困難的問題，對原告食道及咽喉造成損傷，也使原告曾咳嗽。
40. 為此，醫院建議原告需服食流質食品（營養奶粉），原告自住院起至今需要服食營養奶粉，至今花費了至少合共澳門幣 600.00 元（見文件 8，在此視為完全轉錄）。
41. 原告因上述手術後曾咳嗽，原告自出院後曾需服食枇杷膏舒緩不適，至今花費了至少合共澳門幣 60.00 元(見文件 9，在此視為完全轉錄)。
42. 原告因上述手術後曾呼吸困難，導致原告自出院後曾需服用

XX(支氣管擴張藥或緩解藥)幫助呼吸暢順，至今花費了至少合共澳門幣 110.00(見文件 10，在此視為完全轉錄)。

43. 因原告左側肢體偏癱，需要使用拐杖及輪椅輔助出行，導致已花費了合共澳門幣 680.00 元 (300 元/拐杖，380 元/輪椅)。
44. 交通事故發生前，原告受聘於其兒子 D，擔任照顧孫子女的工作，月薪澳門幣 10,000.00。
45. 原告尚有一名 14 歲的未成年兒子(H，持編號 14XXXX7(7)之澳門居民身份證)需要照顧，該未成年人的生活及學業上的費用一直由原告獨力承擔(見文件 11，在此視為完全轉錄)。
46. 因是次交通事故之發生，直接導致原告自入院後至今不能再擔任照顧孫子女的工作，失去原來的工作收入每月澳門幣 10,000.00。
47. 自入院後至今，原告喪失了合共澳門幣 120,000.00 元的工資 (10000 元/月，共 12 個月)。
48. 因是次交通事故之發生，導致原告自 2019 年 1 月 20 日起至今需要聘請工人照顧日常生活，導致已花費了合共澳門幣 38,700.00 元 (4300 元/月，共 9 個月)(見文件 12，在此視為完全轉錄)。
49. 交通事故發生時，原告為 62 歲，即可預測原告可以工作到 65 歲。
50. 根據目前的司法見解，受害人在遭受傷殘時已遭受了損失，不是將來的損失，而是現行的損失。受害人有權得到這部分收入能力喪失的賠償，且應歸類於物質損害賠償。
51. 是次交通意外使原告於 2 年 1 個月 15 日工作期間減少了一定百分比的工作能力。

52. 提交民事請求時，當時原告仍未康復，仍需要在家中休養。
53. 在完全康復前，原告不能繼續為其兒子提供照顧孫子女的工作。
54. 原告仍需要聘請工人照顧其日常生活直至完全康復。
55. 原告仍須定期接受物理治療、藥物治療及其他必要的營養品（見文件 13，在此視為完全轉錄）。
56. 雖然目前原告因持有殘疾評估登記證（發出於 2019 年 07 月 15 日）而獲得物理治療及藥物治療費用之豁免，但不能排除將來豁免被終止之可能性。
57. 原告有權獲得可預見將來損害的賠償，有關損害賠償的確定金額留待執行程序中結算。
58. 故此，原告有權獲得可預見將來損害的賠償，包括因是次交通意外而導致的醫療、藥物、營養品、工資及聘請工人照顧等費用，有關損害賠償的金額於執行結算時確定。
59. 交通事故發生後，原告受傷至送達醫院期間，原告神智一直處於清醒狀態。
60. 原告遭到 MW-XX-X3 之重型汽車（G）碰撞後，頭部感到痛楚及暈眩。
61. 原告承受碰撞所帶來的痛楚不適長達至少 24 小時。
62. 原告入住醫院後，便一直住院直至 2019 年 05 月 03 日才出院，住院長達 7 個月。
63. 住院期間，原告因左側肢體偏癱，導致其活動受限制，需不停接受藥物、物理治療等治療及各樣檢查。
64. 住院期間，原告唯一能做的只是在醫院看看電視以便了解社會中的時事動態及在家屬來探望時與之聊天。
65. 原告出院後至提交民事請求，原告並未完全康復，經常出現抽

搐、癲癇，長期需要服食含副作用的藥物，而副作用包括：嗜睡、虛弱、頭暈、口乾、心跳加速、眩暈、抽搐、頭痛、運動失調、震顫、失憶。

66. 交通事故發生前，雖然原告以照顧孫子女為工作，不過同時也是其主要娛樂，經常攜同孫子女到公園玩耍散步。
67. 原告閒時也喜歡約朋友一起打麻雀作樂。
68. 現在原告卻喪失上述的娛樂及活動。
69. 因為交通事故之發生，使原告的日常生活發生重大的變化，目前原告個人的生活不能自理、出行需要輪椅及拐杖輔助、時刻需要工人幫助照顧。
70. 因手術的後遺症，使原告曾咳嗽、曾呼吸困難，曾夜間難以入睡。
71. 原告的肢體被評為左側肢體偏癱，原告意志變得消沉，更因此為家庭帶來沉重的負擔而內心感受到巨大的壓力及痛苦。
72. 因為腦損傷的後遺症，原告智力衰退、反應變得遲鈍、記憶退化及喪失正常的計算能力。
73. 對於原告而言，作為一名成年人，對於未能照顧自己感到羞愧，其個人尊嚴受到嚴重打擊。
74. 原告對過馬路或斑馬線留有陰影，對之產生恐懼。
75. 是次交通事故已導致原告在生活上、身體上及精神上受到非常嚴重的影響。
76. 因原告曾咳嗽(為治療傷患的手術所致)，原告曾需要服食美亞克咳露，其功效止咳及舒緩喉嚨不適感。
77. 原告因是次交通事故而購買上述內服藥水，原告花費了澳門幣128.00元(見文件1.1)。

78. 原告因是次交通事故，自 2019 年 10 月-2020 年 06 月，因應醫生建議，原告需維持服食流質食品（營養奶粉），至今花費了合共澳門幣 2,814.00 元（見文件 1.1-1.6）。
79. 經醫學鑑定後，原告留有驚恐的後遺症（見卷宗第 231 頁），故原告經常心神恍惚，需要服食中成藥 XX 珍珠末保健品，其功效有助安神定驚，使原告精神及情緒恢復安寧。
80. 原告因是次交通事故，為購買上述保健品，原告花費了澳門幣 517.50 元（見文件 2.1-2.2）。
81. 經醫學鑑定後，原告留有左側偏癱的後遺症（見卷宗第 231 頁），故原告不時出現抽搐症狀，需要服食中成藥 XX 猴棗散保健品，其功效有助減輕抽搐症狀。
82. 原告因是次交通事故而購買上述保健品，原告花費了澳門幣 207.00 元（見文件 2.2）。
83. 經醫學鑑定後，原告留有記憶力下降的後遺症（見卷宗第 231 頁），故原告需要服食西藥 Nootropil(益智劑)，其功效有助治療老年精神衰退綜合征、老年性癡呆，腦動脈硬化症、腦血管意外所致記憶及思維功能減退，一氧化碳中毒所致思維障礙等出現的手抖，兒童智力下降。
84. 原告因是次交通事故而購買上述藥物，原告花費了澳門幣 73.70 元（見文件 3）。
85. 另外，因原告左側肢體偏癱需長期坐輪椅出行，故原告為購買輪椅花費了澳門幣 2,750.00 元（見文件 4）。
86. 原告因是次交通事故而生活不能自理，自是次交通事故後至今需要聘請工人照顧日常生活，於 2019 年 10 月至 2020 年 05 月期間，原告因聘請工人花費了澳門幣 33,657.00 元用於支付工人的

每月薪金 (見文件 5.1-5.8) ；

87. 其次，原告因是次交通事故而聘請工人花費了澳門幣 1,536.00 元用於支付予職業介紹所 XX 僱佣的辦證費及服務費 (見文件 6.1-6.5) ；
88. 還有，原告因是次交通事故而聘請工人花費了澳門幣 257.00 元用於支付予 I 有限公司的僱員賠償保險費 (見文件 7.1-7.3) 。
89. 綜上，原告自 2019 年 10 月起至 2020 年 06 月期間，因是次交通事故，造成原告以上各項的財產性損失，合共不少於澳門幣 41,940.20 元。
90. 於 2020 年 01 月 10 日，由三位醫生以合議庭方式所作之「臨床醫學鑑定書」指出，原告的長期部分無能力或傷殘率評定為 90%。
91. 是次交通意外使原告於 2 年 1 個月 15 日工作期間減少了一定百分比的工作能力，因此期間的薪金損失的計算方式為：澳門幣 229,500.00 元 $(10,000*25*90\%+10,000/30*15*90\%)=229,500.00$ 。
92. 關於原告收入能力的喪失，眾被告應以連帶責任的方式向原告賠償 MOP229,500.00 元的財產損失。
93. 考慮到上述所有情節，原告有權獲得澳門幣 1,500,000.00 元作為精神賠償。

經庭審未查明的刑事事實：

1. 被害人步出人行橫道時之燈號。
2. 其他與上述已證事實不相符的事實。

民事請求及答辯狀中與獲證事實不符的事實或未獲證明、或對判決不重要的事實，尤其是：

3. 原告因手術後而導致的咳嗽、呼吸困難及夜間難以入睡的情況屬長期性。
4. 原告出現後遺症的藥物費用每月合共約澳門幣 3,000.00 元，至今花費了合共澳門幣 9,000.00 元。
5. 原告在物理治療方面的費用每月合共澳門幣 656.00 元，至今花費了合共澳門幣 1,640.00 元。
6. 原告花費的營養奶粉費用每月合共約澳門幣 760.00 元，至今花費了合共澳門幣 9,120.00 元。
7. 因原告服食枇杷膏的費用每月合共澳門幣 120.00 元，至今花費了合共澳門幣 480.00 元。
8. 因原告服用喘樂寧的費用每月合共澳門幣 440.00 元，至今花費了合共澳門幣 1,760.00 元。
9. 預計原告可生活到 85 歲，可預測原告可以工作到 85 歲。
10. 由於失眠及藥物的副作用，原告長期無法集中精神，削弱了原告面對內心壓力的能力。
11. 是次交通意外使原告於 23 年工作期間減少了一定百分比的工作能力，因此期間的薪金損失的計算方式為： $10000 \text{ 元/月} \times 12 \text{ 月} \times 23 \text{ 年} \times 90\%(\text{傷殘率})=2,484,000.00$ 。
12. 關於原告收入能力的喪失，眾被告應以連帶責任的方式向原告賠償 MOP2,484,000.00 元的財產損失。

原審法院在事實的判斷中作出如下說明：

“嫌犯在庭審聽證中作出聲明，其承認被指控的事實，並尤其表示確認有關交通意外示意圖中“X”位置為案發的撞擊點。當時，駕駛巴士涉案巴士沿 XX 馬路由 XX 街方向右轉入 XX 大馬路，打算往 XX 街方向行駛。

當通過設於灣道上由交通燈管制的人行橫道時，其沒有注意被害人正在人行道上橫過車行道，巴士的右前車頭碰撞到被害人的身體，導致被害人身體受傷。在其看見被害人時，巴士已在人行橫道行駛，當時被害人在巴士車頭右邊，其之前看不到被害人，當其看見被害人時已立即剎車。當時管制行車交通燈是綠燈。碰撞後，被害人跌到距離撞擊點兩米遠之位置。其並沒有向被害人作出賠償，已交巴士公司跟進。其認為其當時的車速不太高，因其剛在一個巴士站靠站後起步不久，但其認為當時其應再減慢一點車速，及應該看清楚路面情況。

證人 J(治安警察局警員)在庭審聽證中作證，尤其表示有到場處理事件，被害人表示身體不適，被害人則表示不知道在意外時交通燈是否綠燈，而巴士司機則表示在意外時交通燈為綠燈。

證人 E(治安警察局警長)在庭審聽證中作證，尤其表示負責製作總結報告，其不知道在意外時嫌犯駕駛的車速，意外位置設有交通燈。根據錄影資料，當時管制車的交通燈為綠燈，但其不知道在被害人步出馬路橫過馬路時交通燈是什麼燈號。在發生碰撞時被害人正在人行橫道橫過馬路，被害人從行車方向的左邊過右邊，該路面寬度為 8.5 米，當時被害人還差有 1.9 米左右便過完馬路。

證人 D(被害人的兒子)在庭審聽證中作證，尤其表示在意外前，被害人沒有肢體殘缺，身體活動正常。被害人在意外後沒有即時住院，醫生有建議照 CT 的，但被害人約了人而趕著出院了。但被害人在當日其後感到頭暈、嘔吐，回家後不久便出現沒有意識及昏迷之情況，故被害人被送往山頂醫院，並留院約 7 個月。期間做過多次手術，包括開腦、割喉氣切等手術，在手術後引起經常抽搐，呼吸困難及咳嗽等情況。被害人直到現在也不能走路，需坐輪椅代步，且要持續做物理治療。被害人需要照顧被害人未滿 16 歲的兒子 H。被害人在意外之前也有幫忙其照顧證人的兩名

兒子，故由 2017 年 1 月開始，其每月有給被害人澳門幣一萬元作為報酬，但發生意外後，被害人已不能幫忙照顧證人的兩名兒子，故證人沒有再支付被害人澳門幣一萬元報酬。其沒有給被害人家用。證人為被害人聘請了家傭及要求被害人的前妻，以便照顧被害人的日常生活。被害人沒有行動能力，現由家傭照顧被害人，其每月從被害人的銀行賬戶內提取澳門幣 4300 元以作為家傭薪酬。意外前，被害人一般會打麻雀及照顧兩名孫兒，現在被害人不敢外出，因外出會手震，現在外出時只會去醫院治療。被害人在住院期間至今，只能吃流質食物。現在，被害人經常表示想尋死，很不開心。

證人 K(被害人為其家翁)在庭審聽證中作證，尤其表示在意外前，被害人行動正常。其不是與被害人同住。被害人與被害人的一名 16 歲的兒子一起居住。在意外前，被害人協助照顧其與丈夫 D 的兩名兒子，其丈夫因此而每月支付給被害人澳門幣一萬元作為報酬。但發生意外後，被害人已不能幫忙照顧證人的兩名兒子，故其丈夫已沒有再支付被害人澳門幣一萬元報酬。D 沒有給被害人家用。其丈夫為被害人聘請了家傭及要求被害人的前妻，以便照顧被害人的日常生活。其丈夫每月以被害人的金錢支付家傭薪酬。在事發前，被害人會去公園、打麻雀等。但事發後，被害人已很少外出。被害人的前妻有帶被害人出街，被害人需要輪椅輔助，因被害人已不能步行。被害人現每月收取政府的澳門 4,000 元左右津貼及靠儲蓄過活。其不知道被害人在意外前有沒有工作。

證人 L(被害人的弟弟)在庭審聽證中作證，尤其表示其不是與被害人一起居住。被害人與陳源霜及一名 16 歲的兒子一起居住。其不知道被害人該名兒子的開支由誰支付。被害人的大兒子 D 負責被害人生活費。在意外前，被害人幫助兒子 D 照顧兩名兒子，D 因此才給被害人報酬。被害人事發前從事水客工作。在意外後，其有經常去醫院探望被害人，被害人做

完腦部手術後引起肺炎，之後又要做了切喉管手術，當時靠呼吸機維持呼吸。被害人現在不能步行，要工人照顧，被害人的大兒子 D 聘請工人照顧被害人。

證人 F(被害人的前妻)在庭審聽證中作證，尤其表示其與被害人一起居住，由家傭照顧被害人。被害人與證人還育有一名 16 歲的兒子，開支由被害人負責。在意外前，被害人幫忙照顧大兒子 D 的兩名兒子，其不知被害人因此收取大兒子多少報酬。被害人現在不能步行，經常表示想尋死。事發前，被害人曾做地盤散工。

被害人 B 在庭審聽證中作證，尤其表示知道交通燈分紅黃綠三色。在意外前，其看見給行人橫過的交通燈亮綠燈，故其才橫過馬路，但在差不多過完馬路時，其被巴士撞到。其當時以平常速度過馬路。

在庭審聽證中審查了卷宗的扣押物。

在庭審聽證中審查了卷宗的書證。

根據錄影資料(由 G 有限公司提供肇事巴士之行車監控錄影)，顯示(見卷宗第 51 頁至第 53 頁)：

➤根據鏡頭 V20 CH2，錄得於 2018 年 10 月 4 日約 20 時 55 分，肇事巴士沿 XX 馬路靠右車道轉入 XX 大馬路交通信號燈綠燈信號指示，當時管制行車之交處訊號燈亮起綠燈，而當時管制行人橫過馬路之交通燈亮起紅燈。當駛至意外地點時，上述巴士撞及一名在該巴士車頭(由左往右)沿人行橫道的行人。

➤同時，當時行人橫道的行人信號燈雖為紅燈，但未能確定該行人在踏進人行橫道時，行人信號的燈號是否綠燈。

➤根據鏡頭 V19 CH6，錄得於 2018 年 10 月 4 日約 20 時 55 分，肇事巴士沿 XX 馬路靠右車道轉入 XX 大馬路行駛時，當時管制行車之交處訊號燈亮起紅燈。

根據失事車輛損毀專業鑑定報告，鑑定筆事尤其顯示如下(見卷宗第 42 頁)：

- 右前泵把及右前擋花損；
- 聲響器及轉向指示燈號操作正常；
- 前後車輪胎紋規格正常；
- 轉向及制動測試合格。

本院根據嫌犯的聲明、被害人的證言，各證人的證言、書證，以及其他證據後形成心證。

根據卷宗資料，被害人於 2019 年 2 月 19 日被臨床診斷為創傷性顱內出血，硬膜下血腫，蛛網下腔出血。腦出血使被害人的生命有危險，對被害人的身體完整性造成嚴重傷害(見卷宗第 59 頁的臨床法醫學意見書)。

根據卷宗資料，被害人於 2020 年 1 月 10 日被臨床診斷為加額骨及顳葉血腫、右側硬膜下血腫、雙側蛛網下腔出血及繼發性癲癇。在臨床醫學檢查時，被害人坐輪椅入室，神清，對答切題，頭面部外觀未明顯畸型，左側肢體偏癱，左上、下肢肌力分別為 3 級。就問及創傷性顱內出血，硬膜下血腫，蛛網下腔出血等傷勢是否會對原告頭部帶來痛楚及不適，回答是。就問及服用 pms-Baclofen 10mg、Epilim Chrono 500、KEPPRA(口服) 500MG、可速泉 2 mg、健壓藥 5 毫克、腦康素 800 mg 是否會對原告帶來副作用，回答指無客觀資料顯示被鑑定人服用該等藥物後有明顯的副作用。另外，指被鑑定人的上述傷勢已醫學上治癒，其“暫時絕對無能力”康復期為 464 天(2018 年 10 月 4 日至 2020 年 1 月 10 日)，被鑑定人符合為因 2018 年 10 月 4 日交通意外導致留有左側偏癱、記憶力及計算能力下降、驚恐等的後遺症(見有關臨床醫學檢查)，根據第 40/95/M 號法令之附件之能力表第 68 條 t)項偏癱(0.30~0.90 及與年齡成正比之關係)，其“長期部分無能力”評定為 90%；另被鑑定人的日常生活不能自理，需由第三者照顧(見

卷宗第 231 頁的臨床法醫學意見書)。

嫌犯承認被指控的事實，講述了事發的經過，被害人及警員證人提供的版本予以印證，並結合錄影資料，交通意外示意圖、肇事車輛的照片資料，以及其他證人及文件資料等，本院認為印證了嫌犯提供的版本，故雖然未能確定被害人步出人行橫道時之燈號，但考慮到在發生碰撞時被害人正在人行橫道橫過馬路，被害人從行車方向的左邊過右邊，該路面寬度為 8.5 米，當時被害人還差有 1.9 米左右便過完馬路，故本院認為是次交通意外因嫌犯未能適當控制車速而撞到差不多完成橫過人行橫道的被害人。因此，經過庭審，結合庭審所得的證據，本院認為足以認定嫌犯在自由、自願及有意識的情況下，明知在接近有信號標明的人行橫道時，如該人行橫道由交通燈指揮人、車通行，即使獲准前進，亦應讓已開始橫過車行道的行人通過，但嫌犯並無這樣做，因而導致上述交通事故，其過失對被害人的身體完整性造成嚴重傷害。”

三、法律方面

本上訴涉及下列問題：

- 遺漏審理
- 獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判
- 審查證據方面明顯有錯誤
- 非財產損害賠償

1. 上訴人提出，原審法院未有就其民事答辯狀中提出的問題尤其是嫌犯/第三民事被請求人駕駛時所經過的管制車輛之交通燈為綠色；嫌犯/第三民事被請求人駕駛車輛以低於 20 公里/每小時的速度行駛；以及傷者

(民事請求人)在交通意外當日拒絕接受治療是否會影響其傷勢等問題作出審理。因此，原審判決違反了《刑事訴法典》第 6 條補充適用《民事訴法典》第 571 條第 1 款 d)項之規定，存在遺漏審理而導致判決無效的瑕疵。

《刑事訴訟法典》第 4 條規定：

“如出現未有規定之情況，而本法典之規定亦不能類推適用，則遵守與刑事訴訟程序相協調之民事訴訟程序規定；如無此等規定，則適用刑事訴訟程序之一般原則。”

《民事訴訟法典》第 571 條規定：

“一、遇有下列情況，判決為無效：

- a) 未經法官簽名；
- b) 未有詳細說明作為裁判理由之事實依據及法律依據；
- c) 所持依據與所作裁判相矛盾；
- d) 法官未有就其應審理之問題表明立場，或審理其不可審理之問題；
- e) 所作之判處高於所請求之數額或有別於所請求之事項。

二、對於上款 a 項所指之遺漏，只要仍可取得作出有關判決之法官簽名，得依職權或應任何當事人之聲請予以補正，但該法官須在卷宗內聲明其簽名之日期；在任何情況下，均得向作出判決之法院提出該判決無效之爭辯。

三、如對判決不得提起平常上訴，則第一款 b 項至 e 項所指無效之爭辯僅得向作出該判決之法院提出；如對判決得提起平常上訴，則上訴得以上述任一無效情況作為依據。”

關於遺漏審理的問題，終審法院於 2022 年 3 月 16 日在第 117/2019 號裁判書中作出如下分析：

“根據《民事訴訟法典》第 571 條第 1 款 d 項之規定，當“法官未有就其應審理之問題表明立場”，判決為無效。

《民事訴訟法典》第 563 條第 2 款及第 3 款則規定，法官應解決當事人交由其審理的所有問題，但有關問題的裁判受其他問題之解決結果影響而無須解決者除外；並且法官僅審理當事人提出的問題，但法律容許或規定須依職權審理之其他問題除外。

由此可知，法官應解決當事人交由其審理的所有問題，且僅應審理這些問題，但依職權審理的問題除外。

只有在法官遺漏審理其有義務審理的問題時，才導致其作出的判決無效。

必須強調的是，法官有義務審理當事人提出的所有問題並不意味著必須分析和審議當事人為支持其觀點而提出的所有理由、依據和論點。²

事實上，不能將上訴人為支持其上訴及說明其上訴理由而提出的所有理據和論點都視為法院應予以審理的問題。

“上訴法院有義務審理的是法律要求其必須依職權審理的問題以及由上訴人和被上訴人所提出的問題，而且如果是被上訴人所提出的，上訴法院還僅限於審理與裁判的不可上訴性或其他與不審理上訴有關的問題。”

“即便法院沒有審理上訴人在理由陳訴中所提出的全部理由，這也不構成裁判的瑕疵，尤其是不因遺漏審理而構成裁判的瑕疵。因為法院有義

² Viriato de Lima 所著：《Manual de Direito Processual Civil – Ação Declarativa Comum》，第三版，第 536 頁。

務審理的是所提出的問題，而不是為支持這些問題而提出的理據。³

本文中，上訴人首先提出，原審法院遺漏審理交通意外時交通燈的燈號以及嫌犯事發時駕駛的車速等關於交通意外責任的問題。

然而，本合議庭分析原審判決，從判決中可以看到“嫌犯承認被指控的事實，講述了事發的經過，被害人及警員證人提供的版本予以印證，並結合錄影資料，交通意外示意圖、肇事車輛的照片資料，以及其他證人及文件資料等，本院認為印證了嫌犯提供的版本，故雖然未能確定被害人步出人行橫道時之燈號，但考慮到在發生碰撞時被害人正在人行橫道橫過馬路，被害人從行車方向的左邊過右邊，該路面寬度為 8.5 米，當時被害人還差有 1.9 米左右便過完馬路，故本院認為是次交通意外因嫌犯未能適當控制車速而撞到差不多完成橫過人行橫道的被害人。”

鑑於上述分析，原審法院認定嫌犯在接近人行橫道時獲准前進(已證事實第 4 點)，但卻未能確定被害人步出人行橫道時之燈號(未證事實第 1 點)。亦即是說，原審法院已經對事發時交通燈燈號作出審理，只是未能確定被害人踏入人行橫道時的燈號。

另一方面，關於嫌犯/第三民事被請求人在事發時是否以低於 20 公里/每小時的速度行駛，這一事實對判斷是次交通意外中的過錯並非重要，因為被害人當時在 8.5 米寬的路面上只差 1.9 米便過完馬路，而即使管制車輛之交通燈為綠色，嫌犯/第三民事被請求人在前進時應當注意前方的人行橫道是否仍然有行人正在通行，以便讓已開始橫過車行道的被害人

³終審法院 2013 年 7 月 10 日第 29/2013 號合議庭裁判書。

通過。

當前方的人行橫道仍然有行人正在通行時，嫌犯/第三民事被請求人除了應該要減低車速之外，必要時還應要停車，而不單單只是要求其減低車速。

原審法院認為是次交通事故因嫌犯未能適當控制車速而撞到差不多完成橫過人行橫道的被害人，這並非指責嫌犯超過路面可行走速度上限，而是指責嫌犯既然知道前方為有信號標明的人行橫道，且由交通燈指揮通行，嫌犯既然負有義務讓已開始橫過車行道的行人通過，嫌犯就應當需要適當控制車速以便可以看清路面情況(尤其是否仍有行人正在通過)，避免撞到正在通行的行人。

是次交通事故的發生正正是因為嫌犯在前進時沒有見到正在人行橫道上通行的被害人所致，而沒有發現的原因也正正是嫌犯沒有適當控制車速去確保其已看清路面上的情況，而其是否以低於 20 公里/每小時速度行駛已非重要。

因此，原審法院在審理交通意外責任方面並無遺漏審理任何問題。

另一方面，上訴人亦提出，原審法院亦缺乏審理被害人在意外當日拒絕治療及離開醫院是否引致其傷勢加重的問題，亦屬於遺漏審理的瑕疵。

然而，經翻閱上訴人在卷宗所提交的多份答辯狀(附於卷宗第 186 至 193 頁及第 310 至 311 頁)，上訴人從來無主張民事請求人對其損傷結果存在一定程度的過錯責任，也無陳述任何事實是關於民事請求人的行為如何

過錯地導致其損傷的加重。

儘管證人 D 在庭上作證時有向法庭供述意外發生後醫生有建議被害人照 CT (X 射線電腦斷層掃描)，但被害人趕著出院。意外之翌日被害人不適被送到醫院，經醫生診斷之後，被害人被發現患有創傷性腦內出血、硬膜下血腫和蛛網膜下腔出血。誠然，經翻閱卷宗內的醫學意見書和鑑定報告(如卷宗第 59 頁、231 頁等)，案中沒有證據可以得出被害人上述的傷勢或出現 90% 的傷殘率/長期部分無能力的結果是因被害人沒有及時獲得治療所致的結論。

換言之，上訴人答辯狀中所提之待證標的已獲審理及證實。因此，原審判決不存在上訴人所指的在判決中遺漏審理問題。

故此，上訴人提出的上述上訴理由並不成立。

2. 上訴人又認為原審法院沒有調查交通意外時交通燈燈號、嫌犯當時駕駛車輛的車速，以及被害人拒絕治療等事宜，因此，原審判決患有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a) 項“獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判”的瑕疵。

根據《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a) 項規定，上訴亦得以獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判為依據，只要有關瑕疵係單純出自案卷所載的資料，或出自該等資料結合一般經驗法則者。

終審法院於 2009 年 7 月 15 日，在第 18/2009 號刑事上訴案判決中認

定：“被認定的事實不足以支持裁判就是在案件標的範圍內查明事實時存在漏洞，以致在作為決定依據的被認定事實存在不足或不完整。”

同樣理解可見於 Germano Marques da Silva 教授所著的“刑事訴訟課程 III”^[1]。

根據本案卷宗資料顯示，原審法院在審判聽證中已對案件標的之全部事實事宜進行調查，除了認定控訴書、民事賠償請求、民事請求答辯內的事實，並作出了相關事實的認定。因此，沒有存在查明事實的漏洞。

正如上一點本合議庭所裁決，原審法院經過庭審，結合庭審所得的證據，原審法院認為足以認定嫌犯在自由、自願及有意識的情況下，明知在接近有信號標明的人行橫道時，如該人行橫道由交通燈指揮人、車通行，即使獲准前進，亦應讓已開始橫過車行道的行人通過，但嫌犯並無這樣做，因而導致上述交通事故，其過失對被害人的身體完整性造成嚴重傷害。

因此，原審判決所依據的事實充足，不存在上訴人所提出《刑事訴訟法典》第400條第2款a)項規定的獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判的瑕疵。

^[1] “A contradição insanável da fundamentação respeita antes de mais à fundamentação da matéria de facto, mas pode respeitar também à contradição na própria matéria de facto (fundamento da decisão de direito). Assim, tanto constitui fundamento de recurso ao abrigo da alínea *b*) do n.º 2 do art. 410.º a contradição entre a matéria de facto dada como provada ou como provada e não provada, pois pode existir contradição insanável não só entre os factos dados como provados, mas também entre os dados como provados e os não provados, como entre a fundamentação probatória da matéria de facto. A contradição pode existir também entre a fundamentação e a decisão, pois a fundamentação pode apontar para uma dada decisão e a decisão recorrida nada ter com a fundamentação apresentada.” – Prof. Germano Marques da Silva, Curso de Processo Penal, III, ed. VERBO, pág.340 a 341

故此，上訴人提出的上述上訴理由亦不成立。

3. 上訴人認為根據相關證據，可以認定交通外是因為被害人不遵守交通燈指示橫過馬路而引致的，而另一方面，被害人在意外當日拒絕治療亦引致或加劇其後來所遭受的傷患，再者，原審法院亦單憑被害人兒子、媳婦及前妻的聲明而認定被害人與其兒子存在勞動關係且被害人每月收取一萬元的報酬，因此，原審法院判決患有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c) 項規定審查證據方面明顯有錯誤的瑕疵。

根據《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c) 項規定，上訴亦得以審查證據方面明顯有錯誤為依據，只要有關瑕疵係單純出自案卷所載的資料，或出自該等資料結合一般經驗法則者。

終審法院於 2001 年 3 月 16 日，在第 16/2000 號刑事上訴案判決中認定：“審查證據中的明顯錯誤是指已認定的事實互不相容，也就是說，已認定的或未認定的事實與實際上已被證實的事實不符，或者從一個被認定的事實中得出在邏輯上不可接受的結論。錯誤還指違反限定證據的價值的規則，或職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。”

具體分析相關的證據，原審法院除了聽取了嫌犯在審判聽證中所作的聲明，亦在審判聽證中聽取了案中證人的證言，審查了案中的文件等。原審法院客觀分析上述種種證據，並根據自由心證原則對相關事實做出判斷。

上訴人質疑原審法院採信被害人關於交通燈號的聲明，質疑原審法院沒有認定被害人延遲治療對其傷勢的影響，以及採信被害人兒子關於被害人為兒子照顧小朋友並收取報酬等聲明。

然而，《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款所規定的上訴理據是針對原審法院對審查證據的決定，且須出自案卷所載資料，尤其是判決本身，而並非對相關證據作出重新分析審理。

原審法院考慮所有證據，尤其是路面闊度以及被害人被撞到的地點，而未能認定被害人是在紅燈燈號下開始橫過馬路。

另外，關於被害人交通意外前的收益，原審法院採信被害人兒子、媳婦及前妻的聲明，結合澳門的社會現狀而認定相關事實，並未違反一般經驗法則。

從經驗法則及邏輯的角度考慮，上述的證據可客觀、直接及合理地證明相關的事實，而原審法院在審查證據方面並不存在上訴人所提出的任何錯誤，更遑論明顯錯誤。

事實上，上訴人是在質疑原審法院對事實的認定，以表達他對合議庭所認定的事實的不同意見來試圖質疑法官的自由心證，這是法律所不允許的。

當然，不受質疑的自由心證必須是在以客觀的、合乎邏輯及符合常理的方式審查分析證據的基礎上所形成的心證。

但在本案中，原審法院在審查證據方面並未違背以上所提到的任何準則或經驗法則，因此，上訴人不能僅以其個人觀點為由試圖推翻原審法院所形成的心證。

故此，上訴人提出的上述上訴理由亦不成立。

4. 上訴人亦認為原審法院判處上訴人支付澳門幣一百五十萬元的非財產損害賠償過高。

《民法典》第 489 條所規定：

“一、在定出損害賠償時，應考慮非財產之損害，只要基於其嚴重性而應受法律保護者。

二、因受害人死亡，就非財產之損害之賠償請求權，由其未事實分居之配偶及子女、或由其未事實分居之配偶及其他直系血親卑親屬共同享有；如無上述親屬，則由與受害人有事實婚關係之人及受害人之父母、或由與受害人有事實婚關係之人及其他直系血親尊親屬共同享有；次之，由受害人之兄弟姊妹或替代其兄弟姊妹地位之甥姪享有。

三、損害賠償之金額，由法院按衡平原則定出，而在任何情況下，均須考慮第四百八十七條所指之情況；如屬受害人死亡之情況，不僅得考慮受害人所受之非財產損害，亦得考慮按上款之規定享有賠償請求權之人所受之非財產損害。”

根據《民法典》第 489 條第 1 款的規定，在定出損害賠償時，應考慮非財產之損害，只要基於其嚴重性而應受法律保護者。

同時，《民法典》第 489 條第 3 款規定，損害賠償之金額，由法院按

衡平原則定出，而在任何情況下，均須考慮第 487 條所指之情況；如屬受害人死亡之情況，不僅得考慮受害人所受之非財產損害，亦得考慮按上款之規定享有賠償請求權之人所受之非財產損害。

正如上述規定，損害賠償之金額，由法院按衡平原則定出。

根據已經證明事實：

24. “原告所遭受之財產損失及非財產損失與第三被告的不法行為之間存在適當因果關係。
25. 交通事故發生後，原告隨即被消防救護車送往仁伯爵綜合醫院接受治療。
26. 翌日經醫院診斷後，原告為創傷性腦內出血、硬膜下血腫和蛛網膜下腔出血，需要即時入住醫院（見文件 1，在此視為完全轉錄）。
27. 於 2018 年 10 月 06 日，原告接受開顱血腫清除術。
28. 原告因手術導致肺炎而咳嗽。
29. 因傷勢致原告左側肢體偏癱，原告需要長期坐輪椅，且大小便不能自理。（見文件 2，在此視為完全轉錄）。
30. 2019 年 02 月 19 日，法醫學鑑定人作出臨床法醫學意見書，臨床診斷：創傷性顱內出血、硬膜下血腫，蛛網膜下腔出血。其傷患特徵符合由鈍器或其類似物(交通意外)所致，被鑑定人仍在住院接受治療，康復期待定(參閱卷宗第 59 頁之臨床法醫學鑑定書，在此視為完全轉錄)。
31. 原告自 2018 年 10 月 05 日起入院，直至 2019 年 05 月 03 日出院，約住院七個月。

32. 出院至今，原告因患有顱腦外傷，左側肢體偏癱，需要持續到仁伯爵綜合醫院神經外科門診接受診治，主要為物理治療，每週兩次，治療目的在於防止原告因長期坐輪椅而引致其肢體(手腳)僵硬、肌肉萎縮。
33. 即使出院後，因傷勢的影響，原告目前的日常生活仍然不能自理，需人照料。
34. 在交通事故發生前，原告身體健康正常，肢體健全，尤如一般正常人。
35. 在事故之後，原告被評定為左側肢偏癱。
- ...
59. 交通事故發生後，原告受傷至送達醫院期間，原告神智一直處於清醒狀態。
60. 原告遭到 MW-XX-X3 之重型汽車 (G) 碰撞後，頭部感到痛楚及暈眩。
61. 原告承受碰撞所帶來的痛楚不適長達至少 24 小時。
62. 原告入住醫院後，便一直住院直至 2019 年 05 月 03 日才出院，住院長達 7 個月。
63. 住院期間，原告因左側肢體偏癱，導致其活動受限制，需不停接受藥物、物理治療等治療及各樣檢查。
64. 住院期間，原告唯一能做的只是在醫院看看電視以便了解社會中的時事動態及在家屬來探望時與之聊天。
65. 原告出院後至提交民事請求，原告並未完全康復，經常出現抽搐、癲癇，長期需要服食含副作用的藥物，而副作用包括：嗜睡、虛弱、頭暈、口乾、心跳加速、眩暈、抽搐、頭痛、運動失調、震顫、失憶。

66. 交通事故發生前，雖然原告以照顧孫子女為工作，不過同時也是其主要娛樂，經常攜同孫子女到公園玩耍散步。
67. 原告閒時也喜歡約朋友一起打麻雀作樂。
68. 現在原告卻喪失上述的娛樂及活動。
69. 因為交通事故之發生，使原告的日常生活發生重大的變化，目前原告個人的生活不能自理、出行需要輪椅及拐杖輔助、時刻需要工人幫助照顧。
70. 因手術的後遺症，使原告曾咳嗽、曾呼吸困難，曾夜間難以入睡。
71. 原告的肢體被評為左側肢體偏癱，原告意志變得消沉，更因此為家庭帶來沉重的負擔而內心感受到巨大的壓力及痛苦。
72. 因為腦損傷的後遺症，原告智力衰退、反應變得遲鈍、記憶退化及喪失正常的計算能力。
73. 對於原告而言，作為一名成年人，對於未能照顧自己感到羞愧，其個人尊嚴受到嚴重打擊。
74. 原告對過馬路或斑馬線留有陰影，對之產生恐懼。
75. 是次交通事故已導致原告在生活上、身體上及精神上受到非常嚴重的影響。
- ...
90. 於2020年01月10日，由三位醫生以合議庭方式所作之「臨床醫學鑑定書」指出，原告的長期部分無能力或傷殘率評定為90%。”

經綜合衡量已證事實中種種相關情節，尤其是被害人患有顱腦外傷，左側肢體偏癱而需進行手術及多次治療，被害人被評定為左側肢體偏癱

需長期坐輪椅傷殘率被評定為 90%，考慮這種種令上訴人所遭受的傷害、痛苦壓力及不便，並由此而引起的不適及恐懼，根據《民法典》第 489 條第 1 款及第 3 款的規定，本院認為原審法院裁定上訴人對被害人支付澳門幣一百五十萬元的非財產損害賠償的賠償金適合，沒有下調的空間。

故此，上訴人提出的上訴理由亦不成立。

四、決定

綜上所述，合議庭裁定上訴人 A 有限公司的上訴理由均不成立，訂定維持原審判決。

判處上訴人繳付 12 個計算單位之司法費，以及上訴的訴訟費用。
著令通知。

2022 年 5 月 12 日

譚曉華 (裁判書製作人)

周艷平 (第一助審法官)

蔡武彬 (第二助審法官)